

**CRIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE MINISTÉRIOS NO GOVERNO LULA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LUTAS CAMPONESA, INDÍGENA E AMBIENTAL**

***THE CREATION AND RESTRUCTURING PROCESS OF MINISTRIES IN THE LULA GOVERNMENT: AN ANALYSIS BASED ON PEASANT, INDIGENOUS AND ENVIRONMENTAL STRUGGLES***

***LA CRÉATION ET LA RESTRUCTURATION DES MINISTÈRES SOUS LE GOUVERNEMENT LULA: UNE ANALYSE À PARTIR DES LUTTES PAYSANNE, INDIGÈNE ET ENVIRONNEMENTALE***



Aline Albuquerque JORGE<sup>1</sup>  
e-mail: aline.albuquerque@unesp.br



Bruna Gonçalves COSTA<sup>2</sup>  
e-mail: bruna.g.costa@unesp.br



Gerson Antonio Barbosa BORGES<sup>3</sup>  
e-mail: gerson.borges@unesp.br

**Como referenciar este artigo:**

JORGE, A. A.; COSTA, B. G.; BORGES, G. A. B. Criação e reestruturação de ministérios no Governo Lula: uma análise a partir das lutas camponesa, indígena e ambiental. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023014. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.9899>.



| Submetido em: 26/05/2023

| Revisões requeridas em: 11/09/2023

| Aprovado em: 16/11/2023

| Publicado em: 19/12/2023

---

**Editora:** Eda Maria Góes

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Doutoranda em Geografia (PPGEO), bolsista FAPESP (Processo: 2020/15045-3 e pesquisadora da Rede Dataluta.

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Mestranda em Geografia (PPGEO), bolsista CAPES e pesquisadora da Rede Dataluta.

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Doutorando em Geografia (PPGEO), bolsista CAPES e pesquisador da Rede Dataluta.

## RESUMO:

As eleições de 2022 foram bastante complexas, marcadas pela polarização, por episódios de violência e pelo uso de estratégias como a disseminação de Fake News, empregadas com o intuito de gerar instabilidade, colocar em dúvida o processo eleitoral e confundir o eleitor. Essa foi a eleição mais importante da história recente do Brasil. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva foi muito significativa, principalmente, por aqueles comprometidos com a luta de classes e dos povos originários, minorias e direitos sociais. O novo governo de Lula gera muitas expectativas, dentre elas, de que nos próximos anos seja possível reconstruir as políticas de sustentabilidade ambiental e social, interrompidas, sobretudo, no governo de Jair Messias Bolsonaro. Contudo, existem diversos desafios e contradições a serem superados, os quais passam pela conciliação de interesses e negociação com diferentes partidos e setores da sociedade. Com base no exposto, este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do que podemos esperar do governo Lula com relação à luta camponesa, indígena e ambiental. Tomamos como referência a composição dos ministérios da agricultura, desenvolvimento agrário, povos indígenas e meio ambiente. As discussões efetuadas são sustentadas em bibliografias, dados quantitativos e informações obtidas por meio de fontes primárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia. Território. Política pública. Emancipação. Movimentos.

***RÉSUMÉ:** Les élections de 2022 ont été assez complexes, marquées par la polarisation, des épisodes de violence et l'utilisation de stratégies telles que la diffusion de fausses nouvelles, employées dans le but de générer de l'instabilité, de jeter le doute sur le processus électoral et de semer la confusion chez les électeurs. Il s'agit de l'élection la plus importante de l'histoire récente du Brésil. La victoire de Luiz Inácio Lula da Silva a été très significative, en particulier pour ceux qui sont engagés dans la lutte des classes et des peuples autochtones, des minorités et des droits sociaux. Le nouveau gouvernement de Lula suscite de nombreuses attentes, parmi lesquelles la possibilité de reconstruire dans les années prochaines des politiques environnementale et sociale, interrompues, surtout, sous le gouvernement de Jair Messias Bolsonaro. Cependant, il y a plusieurs défis à surmonter, qui impliquent la conciliation des intérêts, et la négociation avec les différentes parties et secteurs de la société. Sur la base de ce qui précède, ce travail vise à présenter une analyse de ce que l'on peut attendre du gouvernement Lula par rapport à la lutte paysanne, indigène et environnementale. Nous prenons comme référence la composition des ministères de l'agriculture, du développement agraire, des peuples autochtones et de l'environnement et changement climatique. Les discussions menées sont étayées par des bibliographies, des données quantitatives et des informations obtenues à partir de sources primaires.*

**MOTS CLÉS:** *Idéologi. Territoire. Politique publique. Émancipation. Muvements.*

**ABSTRACT:** *The elections of 2022 were very complex, marked by polarization, episodes of violence, and strategies such as the spread of Fake News, used to generate instability, put in doubt the electoral process, and confuse the voters. This last election was the most important in the recent history of Brazil. Luiz Inácio Lula da Silva's victory was very significant, mainly for the people committed to the class struggle, original people, minorities, and social rights.*

*The new Lula government generates many expectations, among them that in the next few years, it will be possible to rebuild the policies of environmental and social sustainability, which were interrupted, especially in Jair Messias Bolsonaro's government. However, there are many challenges to overcome, which are related to the conciliation of interests, and negotiation with different political parties and sectors of society. Given the above, this paper aims to present an analysis of what can be expected of Lula's government, concerning the peasant, indigenous and environmental struggles. We take as references the compounding of ministries of agriculture, agrarian development, indigenous people, and the environment. The discussions are based on bibliographic research, quantitative data, and information obtained through primary sources.*

**KEYWORDS:** *Ideology. Territory. Public policy. Emancipation. Movements.*

---

## **Introdução**

Este trabalho é oriundo das pesquisas e análises de três pesquisadores e militantes da questão agrária e indígena. A proposta inicial consistia em escrever um artigo de opinião para um jornal ou página de internet sobre as perspectivas em torno do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na dimensão das lutas camponesa, indígena e ambiental.

Todavia, percebemos que mesmo para uma análise inicial, dado que ainda estamos vivenciando o primeiro ano do governo, este é um tema que requer muito esmero e que não pode ser trabalhado sem que haja uma contextualização do momento político, incorporando os desafios, as limitações e também as perspectivas desta nova conjuntura, estabelecida a partir da eleição de Lula. Destarte, entendemos que em um artigo de opinião não conseguiríamos desenvolver todas as ideias e elementos que cabem neste debate, levando a produção do trabalho em questão.

A eleição de 2022 foi a mais importante da história recente do Brasil. Contudo, mesmo que a vitória de Lula possa ter colocado fim em um governo pós-fascista, como se caracterizou o governo de Jair Messias Bolsonaro, entendemos que o bolsonarismo ainda é muito forte nas instituições e sociedade brasileira. Algumas das evidências são o elevado número de ex-ministros bolsonaristas eleitos para cargos eletivos e as diversas ações antidemocráticas realizadas após o processo eleitoral, lideradas e financiadas por apoiadores de Bolsonaro de diferentes setores da sociedade, inclusive, pessoas ligadas ao agronegócio.

Nesse sentido, Lula assumiu a presidência da república em janeiro de 2023 em condições distintas do seu primeiro mandato no longínquo ano de 2002. O governo inicia com a difícil missão de pacificar o país para poder governar, ao mesmo tempo, é preciso focar em questões estruturais como a crescente insegurança alimentar e a reconstrução de políticas de

sustentabilidade social e ambiental. Para ter governabilidade, Lula deverá conciliar interesses, reiteradamente, conflitantes; negociar com muitos partidos e representantes de diferentes setores da sociedade e do capital; bem como, buscar a construção de uma frente ampla no governo, como indica a pluralidade de partidos contemplados na composição dos ministérios.

Ainda é cedo para avaliar o impacto das negociações e conciliações de interesses no governo e nas comunidades camponesas, indígenas e seus territórios. No entanto, a composição dos ministérios relacionados à questão agrária, indígena e ambiental permite uma análise preliminar da gestão Lula e suas expectativas.

Este trabalho utiliza metodologias de pesquisa bibliográfica, dados quantitativos divulgados por organizações e entrevistas semiestruturadas com líderes indígenas, camponeses e um agricultor produtor de *commodities*. Citações das entrevistas são apresentadas ao longo do trabalho, utilizando nomes fictícios para identificar os entrevistados, visando preservar suas identidades.

No início do texto, abordamos o contexto do processo eleitoral, discutindo o governo Bolsonaro e o significado da vitória de Lula. Também falamos sobre a crescente violência política e eleitoral no Brasil, as estratégias confusas utilizadas pelos candidatos e os ataques às instituições republicanas feitos por Bolsonaro. Além disso, discutimos os desafios e oportunidades da nova gestão.

Em seguida, apresentamos brevemente nossas análises sobre a abordagem governamental em relação à questão agrária, indígena e ambiental, com base na composição de quatro ministérios: Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério dos Povos Indígenas e Ministério do Meio Ambiente.

### **A vitória de Lula e o fim do governo pós-fascista de Bolsonaro: desafios e possibilidades**

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022 foi muito significativa para todos aqueles comprometidos com a luta de classes e dos povos originários, minorias e direitos sociais. O novo mandato de Lula gera a expectativa de que nos próximos quatro anos o Estado possa sair do negacionismo; recuperar o prestígio internacional e reconstruir as políticas de sustentabilidade ambiental e social, as quais foram descontinuadas, principalmente, a partir do golpe jurídico-midiático-parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, em 2016 (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020; JORGE, 2022).

Paralelamente, a derrota de Jair Messias Bolsonaro simboliza o fim de um governo de extrema-direita, caracterizado pelo incentivo à violência; ataques constantes à ciência e à

cultura; perseguição aos movimentos; anuência frente à destruição dos biomas e ao genocídio dos povos originários; indiferença com a vida, especialmente, da população mais pobre; entre tantos outros elementos depreciativos. O tratamento dessas pautas imprescindíveis demonstrou sua negligência com as questões socioambientais.

Segundo Traverso (2019), podemos definir o governo Bolsonaro como pós-fascista, uma vez que combina a coexistência contraditória do fascismo clássico com elementos não pertencentes a sua tradição. Ao mesmo tempo em que se relaciona com o autoritarismo, os governos pós-fascistas não possuem uma utopia, um projeto de futuro original. Na atualidade, esses governos não estão associados a forte intervenção do Estado, mas sim ao neoliberalismo, sendo um projeto construído e apoiado por parcela da burguesia neoliberal (TRAVERSO, 2019; FERNANDES et al. 2020).

Consideramos a eleição de 2022 a mais importante da história recente do Brasil, realizada em uma conjuntura marcada pela polarização e pela divisão do povo brasileiro entre dois projetos de desenvolvimento distintos. Interpretamos que o conceito de desenvolvimento é polissêmico e utilizado a partir de diferentes concepções por empresas, Estado, organizações multilaterais, movimentos socioespaciais e socioterritoriais<sup>4</sup>, etc. (ESTEVA, 1996; BORGES, 2020). Dessa forma, ao nos referirmos a projetos de desenvolvimento distintos, constatamos que o projeto de Bolsonaro é neoliberal. Por essa razão, ele se encontra comprometido com os interesses das elites. Esse projeto compreende o desenvolvimento exclusivamente sob a perspectiva econômica, defendendo um Estado forte no que se refere aos interesses corporativos e mínimo nas questões sociais e ambientais.

Já o projeto de Lula, em nossa concepção, também é capitalista, contraditório, e com aspectos neoliberais, contudo, é pautado em uma perspectiva de desenvolvimento multidimensional, considerando as dimensões política, social, econômica, cultural e ambiental. A abordagem de questões como a redução de desigualdades, promoção de políticas educacionais, ambientais e reconhecimento da diversidade dos povos e territórios brasileiros é um elemento que demonstra o comprometimento com o desenvolvimento multidimensional. Sendo assim, em nossa aceção o projeto de Lula para o país é neodesenvolvimentista e, portanto, embora seja capitalista, busca construir um Estado forte em suas múltiplas dimensões (KATZ, 2016).

---

<sup>4</sup> Para mais informações a respeito dos conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial ver: FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 8 n. 6, jan.-jun. 2005, p. 24-34.

No período da eleição, muito se discutiu sobre os riscos que a reeleição de Bolsonaro ofereceria à democracia, tendo em vista a conjuntura política estabelecida após o primeiro turno e a própria postura do candidato, que enquanto presidente da república, provocou inúmeras mobilizações de seus apoiadores, fez declaração de cunho golpista e atacou diversas vezes instituições, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Um exemplo, foi a convenção realizada pelo Partido Liberal (PL) em julho de 2022, quando Bolsonaro, ao oficializar sua candidatura, convocou seus apoiadores para irem às ruas no dia 7 de setembro “pela última vez” e disse: “estes poucos surdos de capa preta têm que entender o que é a voz do povo”, em referência aos ministros do STF (BOLSONARO..., 2022, n.p).

Presenciamos uma das eleições mais complexas dos últimos tempos, pois foi marcada por episódios criminosos e ações executadas com a intencionalidade de confundir o eleitor, gerar instabilidade no país e tumultuar o processo democrático. Na vanguarda dessas ações, estavam, sobretudo, grupos bolsonaristas, com disparo em massa de *Fake News*, antes mesmo de iniciar o período de campanha. Um número elevado de notícias falsas propagadas objetivava descredibilizar o sistema eleitoral brasileiro, alegando a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas, todavia, com ausência de provas concretas.

A partir das *Fake News*, Bolsonaro construiu uma narrativa expressando que não aceitaria o resultado da eleição caso perdesse. Ele também superestimou o papel das Forças Armadas no processo eleitoral, acusando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de recusar sugestões feitas pelos militares e afirmando que, nas eleições de 2022, o Exército não atuaria apenas como espectador (PRAZERES, 2022). Tais declarações contradizem o Código Eleitoral, pois o mesmo determina a participação das Forças Armadas apenas nas questões de logística e reforço da segurança durante o sufrágio (SANTANO, 2022).

A polarização, a impossibilidade de diálogo e, por conseguinte, a intolerância em curso no país, refletiu na escalada da violência política e eleitoral. Segundo os dados divulgados pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global, em 2022, o número de casos de violência política e eleitoral foi cerca de 450% maior comparado a última eleição, realizada em 2018. Dessa forma, “[...] apenas nos dois meses que antecederam o primeiro turno das eleições em 2022 o número de episódios de violência política quase se igualou à quantidade de casos registrados nos primeiros sete meses do ano” (TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL, 2022, n.p). Dentre as formas de violência, incluem-se assassinatos, ameaças, atentados, invasões, etc. Apenas no período de 1 de agosto a 2 de outubro, 121 casos foram registrados, envolvendo 113 vítimas.



A violência extrapolou a esfera das lideranças partidárias e agentes político-institucionais. O caso ocorrido em setembro de 2022 no estado do Mato Grosso ilustra esse processo. Após uma discussão por divergências políticas, um apoiador de Bolsonaro assassinou com 70 golpes de faca e machado o colega de trabalho, apoiador de Lula (APOIADOR..., 2022). Este é um entre tantos outros exemplos que evidenciam o ódio político no Brasil, constantemente alimentado por Bolsonaro, pois ao longo de sua carreira, como deputado federal e depois presidente da república, fez diversas declarações afirmando ser necessário “aniquilar opositores”, “fuzilar a petralhada” e “extirpar quadrilheiros da vida pública”, termo pejorativo utilizado em referência à Lula e seus correligionários.

Diante deste contexto, tivemos a eleição para presidente mais acirrada desde a redemocratização do Brasil. O resultado oficial se consolidou com quase 99% das urnas apuradas. Lula venceu seu adversário com uma diferença de apenas 2,1 milhões de votos, em um total de 156 milhões de cidadãos aptos a votar (PERILLO; VINHAL, 2022). Bolsonaro se tornou o primeiro presidente a não conquistar a reeleição, desde a redemocratização.

Dentre as lições e legados da eleição de 2022, elegemos o fato do bolsonarismo ter se tornado maior em relação ao próprio Bolsonaro (CALEJON, 2022). Esta afirmação significa que Bolsonaro ajudou a criar e se tornou expoente de um movimento de extrema-direita, pós-fascista, o qual se insere em um contexto internacional de reação às mutações promovidas pela revolução digital (D’ANCONA, 2018). Este movimento é neoliberal, sendo apoiado pelo capital financeiro e pelo agronegócio. É amparado em pautas religiosas e conservadoras, relacionadas aos costumes. Também, baseia-se em um discurso nacionalista (com muitas ressalvas), estruturado em torno de temas como ordem, segurança e defesa da pátria, assim como, busca mobilizar segmentos ligados aos aparelhos de segurança formais (militares) e informais (milícias e parlamentares ligados a “Bancada da Bala”) (REIS, 2020).

Todavia, esse movimento não depende mais de Bolsonaro para existir e tem o potencial de fazer emergir novos líderes. Uma das evidências disso é que apesar de Bolsonaro não ter se reeleito, o Partido Liberal (PL), ao qual ele se filiou para disputar a eleição, conquistou a maior bancada na Câmara. Paralelamente, dentre os 17 ex-ministros bolsonaristas aspirantes a cargos eletivos, 10 foram eleitos, tais como, Ricardo Salles (Meio Ambiente); Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos); Tereza Cristina (Agricultura) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

A derrota de Bolsonaro teve como resposta imediata a realização de manifestações de caráter antidemocrático. Logo após a divulgação do resultado da eleição, caminhoneiros

apoiadores do governo iniciaram o bloqueio de rodovias em várias regiões. Segundo os dados informados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e publicados pela página Poder 360, em 31 de outubro de 2022 (um dia após o segundo turno) havia bloqueios ou interdições em rodovias de 26 estados (CARREGOSA; MENDES, 2022).

Além disso, em diversas cidades, acampamentos foram montados em frente aos quartéis e outros espaços. Nesses acampamentos, manifestantes bolsonaristas, inflamados pelo bombardeio de notícias falsas, passaram a levantar faixas e cartazes com pedidos de intervenção das Forças Armadas e anulação da eleição, recorrendo até mesmo ao uso da língua inglesa.

Mais de 100 acampamentos bolsonaristas foram desmontados em todo Brasil a partir de 9 de janeiro, devido à decisão do ministro Alexandre de Moraes do STF, após a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro, protagonizada por apoiadores radicais do ex-presidente Bolsonaro, na atualidade investigada através da formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Os golpistas invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto (GAMA; FREUA, 2023). Tal tentativa de golpe foi similar à invasão do Capitólio, ocorrida nos Estados Unidos em janeiro de 2021. Segundo investigações preliminares, os financiadores do ato antidemocrático em Brasília são pastores, garimpeiros, madeireiros, militares, políticos bolsonaristas, empresários e integrantes de setores do agronegócio (AGRO..., 2023). Dentre as sete empresas e instituições que inicialmente tiveram bens bloqueados pelo financiamento do transporte dos invasores, estão o Sindicato Rural de Castro (PR) e uma empresa do ramo da silvicultura, com sede em Piraí do Sul (PR) (NETTO, 2023).

Diante desse cenário, Lula assumiu o Brasil em condições distintas comparado a 2002, ano de seu primeiro mandato. Pois além da conjuntura política desfavorável (um congresso mais conservador nos costumes e neoliberal na economia); do retorno do país ao mapa da fome, com cerca de 33,1 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR-PENSSAN, 2022), e do luto, pelas quase 700 mil vidas perdidas em decorrência da Covid-19, o Brasil hoje é um país dividido.

Com predominância percentual das classes dominantes e parcela expressiva das classes trabalhadoras, o espectro da ideologia bolsonarista pairou sob a forma da alienação. Existem diversas leituras sobre o conceito de ideologia. Dentre elas, gostaríamos de destacar a de Chauí (2008), pois compreendemos que oferece subsídios para explicar a práxis bolsonarista. Segundo Chauí (2008), a ideologia define-se como um ideário histórico, social e político, produzido e



difundido pela classe dominante, que oculta a realidade com o propósito de garantir e manter a exploração, a dominação política e a desigualdade social. Nas palavras da autora:

[...] essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e as origens das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (CHAUÍ, 2008, p. 24).

A ideologia bolsonarista oculta a realidade negando questões estruturais, como a existência do racismo no Brasil, o aceleramento da destruição dos biomas, o aumento da fome e da desigualdade social e etc. O bolsonarismo também deturpa conceitos como comunismo, socialismo e esquerda, criando uma narrativa do medo, ao alinhar aspectos da economia neoliberal com elementos do conservadorismo nos costumes. Por meio das redes sociais, as *Fake News* disseminadas anunciavam um possível governo Lula aliado aos “ditadores” da Venezuela, Cuba e Nicarágua. No que tange a economia, proclamavam um país em crise, com empresas falidas, poupanças retidas e a falta de comida nos supermercados. Ao mesmo tempo, difundiam a ideia de um Estado controlado por ateus, desdobrando na perseguição de religiões cristãs. Porém, diferente das elites as quais tendem a se beneficiar da alienação, os trabalhadores, de modo consciente ou não, tornam-se vítimas, prejudicando a si e sua classe (KONDER, 2019).

Desse modo, frente a um país arrasado pela desinformação e a insaciável busca por lucro por parte dos capitalistas, Lula tem a difícil missão de pacificar o Brasil para poder governar. Assim como diz o slogan escolhido, este precisa ser um governo de “União e Reconstrução”. Para haver governabilidade será necessário conciliar interesses, muitas vezes, conflitantes; negociar com muitos partidos e representantes de diferentes setores da sociedade e do capital; e buscar a construção de uma frente ampla no governo, conforme apresentou a indicação dos ministros, vinculados a partidos como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), União Brasil, Partido Social Democrático (PSD), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rede Sustentabilidade, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Nesse sentido, apresentamos adiante nossas reflexões e análises iniciais a respeito das perspectivas do novo governo Lula, a partir da composição de quatro ministérios, os quais contemplam o campo, as florestas, sujeitos e classes sociais: Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Agrário, Povos Indígenas e Meio Ambiente.

## Ministério da Agricultura e Pecuária

Em 1860 foi criado no Brasil o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) com a finalidade de atender os interesses dos latifundiários escravocratas. Com as transformações decorrentes do avanço das relações capitalistas sobre a agricultura, especialmente a partir da segunda metade do século XX, esta instituição do Estado brasileiro passou cada vez mais a ser hegemônica pelos representantes do agronegócio. Por conseguinte, mantém sua missão de fortalecer a agricultura capitalista de produção e exportação de *commodities*, impondo-a como único modelo de desenvolvimento possível para o campo.

Com os objetivos orientados para produção de mercadorias e obtenção de renda fundiária e lucros (OLIVEIRA, 2007), o agronegócio se utiliza do Estado brasileiro, por meio do Ministério da Agricultura, para elaborar políticas públicas voltadas ao financiamento e reestruturação do setor. Do mesmo modo, atua a favor da flexibilização das leis ambientais, que proporcionam o avanço da fronteira agrícola sobre os biomas pampa, amazônico e cerrado.

O resultado das ações do agronegócio a jusante se expressa por meio da concentração e centralização de capital, concentração fundiária e números recordes na produção e exportação de *commodities*. A montante, conflitos ambientais e agrários, aumento da fome, destruição ambiental e mudanças climáticas, são uma constante e fazem parte desta via de desenvolvimento sustentada pelo Estado nacional (SANTOS; GLASS, 2018).

A constituição da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), também conhecida como Bancada Ruralista, é uma evidência da força deste setor no campo político. Esta bancada é uma das mais influentes no Congresso Nacional, sendo composta por cerca de 280 parlamentares, que integram comissões como as do Meio Ambiente, Agricultura, Constituição, Justiça e Cidadania. Nas últimas eleições, cerca de 65% dos deputados ligados a FPA que disputaram um novo mandato na Câmara se reelegeram, o que junto as possíveis novas associações, gera a expectativa de ampliação da bancada e, por conseguinte, de reforço no que tange a defesa dos interesses da agricultura capitalista (TOLENTINO, 2022; RESENDE, 2022).

É importante salientar que em todos os governos brasileiros o agronegócio foi hegemônico, e no governo Bolsonaro, a hegemonia do agronegócio foi reforçada, sendo a agricultura familiar camponesa entendida como residual e subordinada à agricultura capitalista. Dessa forma, durante este governo, foram editadas Medidas Provisórias e Decretos que visavam flexibilizar a legislação ambiental, mudar as regras de regularização fundiária, permitir a exploração econômica de Terras Indígenas por terceiros, entre outros (SAUER; LEITE;

TUBINO, 2020; JORGE, 2022). Além disso, a liberação de agrotóxicos bateu recorde (SOUZA et al., 2020), e importantes funções relacionadas à reforma agrária ficaram sob competência do Ministério da Agricultura, que conforme já pontuamos, é historicamente caracterizado como o ministério da agricultura capitalista.

No atual governo Lula, avaliamos que a tendência é a manutenção da hegemonia do agronegócio. Nos governos petistas anteriores (2003 - 2016), esse processo não foi interrompido, o que se justifica pela correlação de forças e disputas no campo político que barraram o enfrentamento de questões estruturais, no que tange, por exemplo, a realização de uma reforma agrária ampla e irrestrita, bem como, a construção de políticas públicas suficientes para o desenvolvimento da agricultura camponesa, reconhecendo a importância de diversas relações de produção, como a associativa, familiar, cooperativa, etc. (GIRARDI; FERNANDES, 2008; FERNANDES, 2013).

Dessa forma, diante da atual conjuntura, é necessário a aliança com diferentes setores da sociedade em prol da pacificação, governabilidade e defesa da democracia. A propensão do governo não é confrontar, mas sim dialogar com o agronegócio e seus representantes, o que, consequentemente, inclui a Frente Parlamentar Agropecuária, dentre outras organizações como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Associação Brasileira de Produtores de Soja (APROSOJA).

Durante o período eleitoral, Lula não recebeu o mesmo nível de apoio do agronegócio em relação ao seu oponente, Bolsonaro. Muitos produtores ligados ao setor se mantêm receosos com relação ao rumo das políticas públicas no governo Lula e quais impactos serão gerados. O relato do agricultor capitalista João Silva, que produz *commodities* no estado do Rio Grande do Sul, é elucidador com relação a esta questão:

As políticas públicas aí do governo Lula, taxaço de soja e diminuio de juro, isso aí é só pra... pra nós do agronegócio isso aí não vai influenciar nada. Nós precisamos de umas políticas diferentes, umas políticas voltadas mais para os grandes. Esse governo aí eu não sei, vai quebrar o Brasil. A questão do meio ambiente que esse governo quer propor, isso vai prejudicar o agronegócio que produz no Brasil, não quer deixar produzir, aumentar a produção (Entrevista concedida por João Silva, em 23 de janeiro de 2023).

Por outro lado, apesar de não ter o mesmo nível de apoio, importantes nomes ligados ao agronegócio abraçaram a campanha de Lula, dentre eles, as senadoras Kátia Abreu e Simone Tebet e os ex-ministros Blairo Maggi e Roberto Rodrigues (SPECHOTO; PINTO, 2022; RODRIGUES; AMARAL, 2022). A preocupação com a deterioração da imagem do país na

área ambiental, a perda de credibilidade no âmbito internacional e as consequências para as relações comerciais e a aparente sustentabilidade do agronegócio brasileiro (agronegócio verde) são elementos que estimularam o apoio eleitoral de parcela do setor à Lula.

Nesse cenário, o Ministério da Agricultura e Pecuária (que deixou de se chamar Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) tende a continuar sob domínio do agronegócio. A nomeação do senador Carlos Fávaro (PSD) para comandar a pasta evidencia esse processo. Fávaro é agropecuarista e foi vice-presidente da Aprosoja - Brasil, presidente da Aprosoja - Mato Grosso e um dos fundadores da FPA. Ele também ocupou os cargos de vice-governador e secretário de Estado de Meio Ambiente no Mato Grosso (ROCHA, 2022; SAIBA..., 2022). As nomeações de Carlos Fávaro para o Ministério da Agricultura incluem servidores de carreira, produtores rurais, empresários do setor sucroenergético e ramo de sementes.

Paralelo ao agronegócio, em nossa concepção, o governo Lula possibilitará o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa de forma mais emancipatória, por meio da recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme discutiremos adiante. Nesse sentido, o agronegócio propende a se manter hegemônico, entretanto, não será adotado como o único modelo de desenvolvimento para o campo neste governo. A transferência da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário é um dos elementos que indica o compromisso do governo com a agricultura familiar camponesa. A CONAB é a entidade responsável pela segurança alimentar, Política de Garantia de Preços Mínimos, pelos programas de abastecimento social, compras institucionais e formação de estoques, todas políticas essenciais para os agricultores familiares/camponeses.

### **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**

Nos anos de 1980 e 1990 houve diversos conflitos socioterritoriais agrários no Brasil, em torno da luta por diferentes políticas públicas de desenvolvimento territorial para a agricultura familiar camponesa. Entre as principais, podemos destacar as lutas por crédito agrícola, seguro agrícola e reforma agrária. O massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, é um exemplo destas lutas camponesas e do poder repressor do Estado (FERNANDES, 2001; MEDEIROS, 2020).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado como uma resposta aos movimentos camponeses e suas lutas. No ano de 2000 a MP 1.999-14 de 13 de janeiro, criou oficialmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Por meio deste órgão, políticas públicas de Reforma Agrária, incentivo à produção e ao consumo de alimentos foram implementadas e ampliadas (MEDEIROS, 2020). Nesse contexto, podemos destacar as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na promoção de assentamentos rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Seguro da Agricultura Familiar, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Contudo, durante a reestruturação neoliberal do governo Temer, o MDA foi transformado em Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Com significativa redução orçamentária, a secretaria passou a ser tutelada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e posteriormente pelo Ministério da Casa Civil (LEITE; CASTRO; SAUER, 2018).

Já no governo Bolsonaro em 2019, logo no primeiro dia do seu mandato, a SEAD foi extinta, e suas atribuições e recursos foram alocados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, este governo também desestruturou a CONAB, fechando em 2019 o total de 27 armazéns, concomitantemente, descontinuou políticas de segurança alimentar, que consistem em mercados institucionais para a agricultura camponesa como o PAA. Na gestão de Bolsonaro, com cortes orçamentários, esse programa passou a se chamar Alimenta Brasil (TURTELLI, 2022; GOVERNO..., 2022).

O governo Temer e, por conseguinte, o governo Bolsonaro intensificaram a disrupção das políticas públicas voltadas à agricultura camponesa e a proteção ambiental. Ambos os governos tiveram um claro posicionamento em reconhecer e dialogar sobretudo com os representantes do agronegócio, reforçando a hegemonia deste setor, conforme já pontuamos. Com a recriação do MDA, no dia 1 de janeiro de 2023, criam-se expectativas e possibilidades de realizar ações propositivas relacionadas ao fortalecimento das políticas públicas emancipatórias voltadas à reforma agrária, produção e distribuição de alimentos saudáveis, com potencial de permitir a construção de um modelo de desenvolvimento para o campo e a agricultura alternativo ao agronegócio. No que tange às expectativas e possibilidades geradas a partir do novo MDA, Carlos Ramos, integrante da direção estadual do MST no Paraná, afirma:

A vitória eleitoral de Lula sobre Bolsonaro representou uma vitória política do povo brasileiro entendendo aqui majoritariamente a classe trabalhadora. No que tange ao tema da terra, a obtenção de terra para a reforma agrária, o assentamento imediato das quase 70 mil famílias em todo o Brasil é encarada como algo emergencial. Há um passivo de décadas, e a base social acampada compreende que essa é uma pauta que vai para além da reivindicação. Entende-se de que está implícito no projeto de governo que foi eleito. Quanto ao desenvolvimento dos assentamentos, há um leque de expectativas. O governo deve fazer com que a CONAB se torne o agente público de compra e distribuição da alimentação proveniente da agricultura familiar e na reforma agrária. E que em fases distintas, do emergencial ao estrutural, que retire o país do mapa da fome. Além disso, requer-se programas de assistência técnica aos assentamentos e cooperativas. Fomento/ financiamento para motivar a produção de alimentos nas áreas. Tem ainda expectativa na retomada de programas de educação voltados para reforma agrária. Além de programas voltados para a saúde, cultura, e outras infraestruturas necessárias como moradias, estradas, centros comunitários etc. (Entrevista concedida por Carlos Ramos, em 30 de janeiro de 2023).

A recriação do MDA foi planejada por uma equipe do governo de transição composta por parlamentares, pesquisadores e representantes de movimentos socioterritoriais, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).

Nesse ínterim, o ministro da pasta Paulo Teixeira tem uma grande oportunidade diante do dilema alimentar enfrentado por 125 milhões de brasileiros na condição de insegurança alimentar leve, moderada e grave (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR- PENSSAN, 2022). Teixeira, ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu em seu discurso de posse o compromisso com a erradicação da fome e com a reforma agrária, declarando ainda sua intenção de manter o diálogo com os movimentos, aceitando sugestões e críticas (SOARES, 2023).

O retorno da CONAB e do INCRA à estrutura do ministério colabora diretamente para a reativação de programas a exemplo do PAA e o PNAE, do mesmo modo, contribui para a criação novas políticas públicas em conjunto com os camponeses, Sem Terras, consumidores e famílias em estado de vulnerabilidade. À vista disso, as ações a serem desenvolvidas por meio do MDA atenderão as expectativas e necessidades dos movimentos, ao mesmo tempo, serão de interesse de toda a sociedade e não apenas dos agricultores familiares camponeses, pois estarão relacionadas à redução das desigualdades, ao combate à fome, entre outros temas essenciais ao interesse social.



## **Ministério dos Povos indígenas**

São 523 anos de luta desde a invasão colonizadora ao país. O Ministério dos Povos Indígenas é uma conquista ímpar reivindicada historicamente pelo movimento indígena brasileiro, através da luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos originários no país. Nos últimos anos, em especial desde 2018, com a eleição de Bolsonaro à presidência do Brasil, o discurso de ódio foi difundido e enfatizado pelo próprio ex-presidente, o qual prometeu em 2018 que: "Enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena" (VERDÉLIO, 2019, n.p). Posteriormente, em 2022, celebrou: "No meu governo, não foi demarcada nenhuma terra indígena. No meu governo, nenhuma terra indígena foi demarcada. Já temos 14% do Brasil demarcado" (JUCÁ, 2020, n.p).

Durante o governo Bolsonaro os ataques contra os povos indígenas tiveram um aumento expressivo. A partir dos relatórios de violência do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), identificamos o aumento elevado da violência sobre as pessoas indígenas em mais de 200%, se compararmos os dados de 2018 e 2021. Ou seja, houve uma elevação progressiva da violência expressa em 110 casos registrados em 2018; 277 casos em 2019; 304 casos em 2020; e 335 casos em 2021 (CIMI, 2019; 2020; 2021; 2022).

Ao recordarmos o contexto de insurgência da pandemia em 2020 e 2021, a intenção de genocídio ficou mais evidente a cada morte indígena não registrada pelo Estado. O não reconhecimento da identidade nativa pelo governo Federal, presidido por Bolsonaro, representou uma tentativa de mascarar o descaso com os povos originários deste país. Entretanto, uma das expressões de organização e resistência se efetivou através de ações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), liderada por Sonia Guajajara, que divulgou em plataforma criada pelo movimento os registros de casos de Covid-19 entre os indígenas levantados de forma autônoma:

Lidar diariamente com a morte de pessoas queridas, registrá-las e, ainda assim, implementar estratégias de enfrentamento em um cenário de emergência são tarefas pesadas que afetam os corpos, as mentes e os corações de todas e todos. (EMERGÊNCIA INDÍGENA, APIB, 2020, n.p)

Somadas à APIB para o levantamento e registro de dados primários sobre os impactos da Covid-19, estavam suas organizações de base: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Grande Assembleia do povo Guarani - Aty Guasu, Conselho do

Povo Terena - Hánaiti Ho`únevo Têrenoe, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL), Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE). Ao todo, foram registrados 1.192 óbitos de indígenas por Covid-19, com a perda de parentes por parte de 162 povos. o

O resultado das eleições de 2022 representa não apenas a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, mas vencerem também os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005) indígenas. Agora, os povos originários contam com um ministério específico para atender suas demandas. Organizado em três secretarias, sendo 1) Secretaria de Direitos Ambientais **Territoriais** Indígenas; 2) Secretaria de Gestão Ambiental e **Territorial** indígena; 3) Secretaria de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas. Além de sete departamentos, voltados para a) Demarcação **Territorial**; b) Proteção dos Povos Isolados; c) Gestão **Territorial** e Bem Viver; d) Justiça Climática; e) Promoção de Direitos Indígenas; f) Línguas e Memórias; g) Mediação de Conflitos (GT POVOS INDÍGENAS, 2022).

Destaca-se que em duas das três secretarias e dois dos sete departamentos do Ministério dos Povos Indígenas possuem como enfoque o debate territorial. Isso é um reflexo dos conflitos de interesse pelas Terras Indígenas (TI), os quais impactam diretamente os modos de vida dos povos originários. Assim, como apontam Fernandes (2009) e Saquet (2021) os territórios devem ser entendidos em perspectiva multidimensional e multiescalar, considerando o ambiente, a cultura, a política, a economia e o social, uma abordagem já incorporada pelo Ministério dos Povos Indígenas desde sua criação.

Com relação a esta nova pasta, uma ativista e defensora dos direitos ambientais e dos povos originários, Inajá, do povo Munduruku do estado do Pará, aborda a nova conjuntura política, onde uma liderança indígena mulher assume o ministério, sendo uma expressão de representatividade e de expectativa para o avanço das pautas indígenas, intrínsecas aos direitos ambientais.

Soninha, né... que é uma grande liderança e uma grande representatividade para as mulheres. E não só para as mulheres indígenas, mas também para as pessoas que confiaram nela, que fizeram ela estar hoje neste cargo. Ela é uma conhecedora de toda a problemática que os povos indígenas enfrentam no Brasil. Então com certeza uma das principais pautas que ela vai tá puxando e somando força é por essa luta da demarcação dos territórios, que a gente sabe que é muito importante para a questão ambiental. O Brasil volta com esse novo governo, nessa frente de estar aparecendo nos debates sobre mudanças climáticas, então é uma luta que se soma né?! Não dá para falar sobre mudanças climáticas sem colocar os povos tradicionais e os povos indígenas nessa frente. Então, pensar agora nos nossos direitos a serem resguardados, realmente... porque a gente estava sofrendo um grande retrocesso nos nossos

direitos, seja pela demarcação dos nossos territórios, seja pela nossa educação, seja pela nossa saúde (Entrevista concedida por Inajá, em 11 de janeiro de 2023).

"Soninha" é uma referência à ministra Sonia Guajajara, indicada pelo presidente Lula. Além de ser uma liderança da APIB também foi eleita como deputada federal pelo estado de São Paulo, filiada ao PSOL. Sonia Guajajara inicia sua agenda de trabalho de modo incansável, ao lado de Eloy Terena, advogado anunciado pela ministra como o secretário executivo do Ministério dos Povos indígenas; de Joênia Wapichana, nomeada para a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); de Weibe Tapeba, nomeado como Secretário Especial da Saúde Indígena (SESAI); e outros aliados indígenas que agora são devidamente acolhidos nos espaços de tomada de decisão, como Davi Kopenawa, Cacique Raoni, Kleber Karipuna e outras lideranças nativas que seguem firmes na luta pela ancestralidade do futuro.

A jovem liderança indígena Vitória, da Terra Indígena autodemarcada Sawré Muybu, localizada no município de Itaituba, na Amazônia paraense, explica que a luta dos povos originários está pautada em um reconhecimento do governo e da sociedade pelas demandas emergenciais reivindicadas, relacionadas principalmente com a demarcação de terras e com a eliminação das violências praticadas contra os povos indígenas. Assim, sobre suas perspectivas de um país mais justo para com os povos indígenas, Vitória responde:

Eu acho que seria em que o governo atendesse principalmente os povos indígenas, e que a sociedade entendesse o que os povos indígenas estão pedindo: **A demarcação e a justiça pelas pessoas que já se foram, levadas pelas mão dos não-indígenas que sempre destroem o território.** [...] E que o governo olhasse mais pros povos indígenas, né? Porque eles sempre falam em preservar a Amazônia, preservar a Amazônia... mas quem preserva a Amazônia são os indígenas. Não adianta eles falarem da Amazônia e não falarem dos indígenas que estão ali sempre, diariamente e principalmente, dando a vida pra manter aquele lugar, que não serve só pro território ou só pra eles, mas serve para todo mundo (Entrevista concedida por Vitória, em 17 de dezembro de 2022, grifo nosso).

O primeiro mês de instituição do Ministério dos Povos Indígenas, janeiro de 2023, representou um avanço de intervenção estatal a um massacre que já havia sido declarado pelo governo anterior. Dentre as primeiras ações realizadas pelo Ministério está a criação de um gabinete de crise na Bahia, para acompanhar o conflito violento de fazendeiros contra os indígenas Pataxó. A ação emergencial se efetivou devido às mortes de dois jovens indígenas do dia 17 de janeiro, que estavam organizados na luta pela demarcação do território de seu povo no sul da Bahia (MINISTRA..., 2023). Entretanto, um novo contexto de preocupação com a

vida dos povos originários é apresentado ao Brasil, numa postura propositiva de um governo neodesenvolvimentista.

Outra ação a ser destacada com o povo Yanomami, em Roraima. A atualização do caso vem sendo feita expressivamente por Sonia Guajajara através de suas redes sociais e de entrevistas concedidas à imprensa (LUCENA, 2023; LULA..., 2023) e por meios oficiais de comunicação do governo Federal (YANOMAMI..., 2023). Conforme as informações divulgadas até o momento, já foram mais de 570 crianças Yanomami que morreram por fome, desnutrição e contaminação por mercúrio desde que Bolsonaro assumiu a presidência do país. A situação silenciada durante os últimos anos, agora tornou-se pauta de emergência nacional, sendo que o Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e o Ministério da saúde já se aliaram em prol da causa.

Consideramos o Ministério dos Povos Indígenas um avanço significativo para a luta milenar dos povos originários. A nova pasta também apresenta, mesmo que de forma inicial, uma proposta latino-americana de alternativas sistêmicas (SOLON, 2019), considerando em uma de suas secretarias o Bem Viver (ACOSTA, 2016), representando agora um diálogo maior entre a política de Abya Yala (referente à escala da América Latina) e uma nova possibilidade de oportunidades na escala brasileira para os povos indígenas.

### **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) foi criado em 1985 com a denominação de Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Com a incumbência de estabelecer políticas públicas, diretrizes e programas para a preservação, conservação, uso sustentável e recuperação do meio ambiente e seus recursos naturais. O MMA é o órgão de proteção da biodiversidade, manejo de recursos hídricos, gestão de resíduos e mudanças climáticas. A pasta também é responsável por fiscalizar e garantir o cumprimento das leis ambientais. Por meio deste ministério se efetua a implementação das normas internacionais e tratados relacionados ao meio ambiente e as mudanças climáticas assinados pelo Brasil.

Nos diferentes governos a partir de 1985, o ministério passou por transformações internas, porém, nada semelhante com os ocorridos no governo Bolsonaro, em que o ministro da pasta Ricardo Sales (2019 - 2021) se apresentava como apoiador do desmatamento, contrariando os princípios e missão do MMA. Salles chegou a mencionar uma reunião

ministerial, realizada em 2020, que era necessário aproveitar o momento em que a atenção da mídia estava voltada para a pandemia de Covid-19 para “passar a boiada”, isto é, mudar o regramento e simplificar as normas relacionadas à proteção ambiental e a produção agrícola (MINISTRO..., 2020).

Diferentemente de Salles, Marina Silva (REDE SUSTENTABILIDADE), ministra escolhida pelo governo Lula para assumir o MMA, é uma mulher amazônida, acreana e ambientalista. Marina já atuou como ministra no MMA entre os anos de 2003 e 2008, nas antigas gestões do governo petista. Nascida em um seringal e ao lado de Chico Mendes, desde a década de 1980 já liderava um movimento sindical. Agora, Marina Silva retorna para o ministério e se compromete com uma política voltada para o ambiente e para o clima, numa perspectiva multidimensional, considerando as pautas econômicas, dos povos indígenas e tradicionais, e de toda a classe trabalhadora, em diálogo e respeito junto à natureza.

Temos agora uma ministra que sabe e conhece em seu próprio organismo as dificuldades enfrentadas pela Amazônia. Contaminada por mercúrio, também teve que superar na sua juventude a malária (MARINA..., 1998). Em 1998, enquanto ocupava o cargo de senadora, pelo estado do Acre, Marina Silva já propunha uma comissão de trabalho interministerial, que tivesse por objetivo providências que reduzissem as contaminações por mercúrio (MARINA..., 1998). Entretanto, após 25 anos da proposta, a realidade atual é uma expressão da invisibilidade política de uma mulher nortista que não teve sua demanda coletiva atendida. A contaminação por mercúrio é um dos principais problemas enfrentados nos territórios indígenas na Amazônia, sendo os casos do Povo Munduruku e do Povo Yanomami os mais debatidos após a constatação de alta contaminação desses sujeitos, que se alimentam do peixe e bebem água contaminada pela prática do garimpo ilegal (BASTA; HACON, 2020; APIB; AMAZON WHACH, 2021).

Assim, entre as primeiras ações do MMA está a articulação para o combate à fome do povo Yanomami, caso que repercutiu mundialmente. De acordo com pronunciamento de Marina Silva, em coletiva de imprensa no dia 30 de janeiro de 2023, o MMA irá direcionar parcela do recurso do Fundo Amazônia para a questão emergencial do povo Yanomami (MATOSO; RODRIGUES, 2023). Essa ação que parte do MMA indica uma sintonia interministerial e representa também um compromisso com os povos originários, que tiveram suas problemáticas desprezadas e ainda agravadas pelo governo Bolsonaro. O direcionamento de recursos do Fundo Amazônia para o combate à fome de uma comunidade tradicional da própria região expressa uma análise multidimensional do problema, na qual se reconhece a importância para a preservação ambiental, cultural, econômica, social e política.

Assim, podemos destacar que existem novas perspectivas que partem do MMA, que incluindo e reconhecendo outras dimensões que complementam a defesa ambiental, também se compromete novamente ao combate emergencial ao desmatamento. Em vista disso, Marina Silva também divulgou a criação da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial e Fundiário e se comprometeu em sua posse a “não deixar a boiada passar” onde deve haver proteção ambiental (MARINA..., 2023).

### **Considerações Finais**

Durante os governos Temer e Bolsonaro, a hegemonia do agronegócio foi reforçada, por meio de políticas públicas, programas de crédito e destruição socioambiental. Por outro lado, a agricultura camponesa passou a ser compreendida como residual e subordinada a este setor. Editou-se medidas provisórias e decretos que visavam flexibilizar a legislação ambiental e mudar as regras de regularização fundiária; foi intensificada a exploração capitalista de terras indígenas por garimpeiros e empresários do agronegócio e a violência contra as populações não hegemônicas tornaram-se cotidianas por parte do próprio Estado.

O retorno de Lula representa a possibilidade de uma nova organização política, que embora não seja radical, contempla oficialmente algumas das pautas que vinham sendo levantadas pelas organizações de base e movimentos populares. Exemplo disso são a retomada das políticas públicas (ex: PAA, PNAE, Minha Casa Minha Vida), e de agora em diante, reconhecer que lideranças de movimentos também podem participar ativamente no governo, tendo como exemplo a Sônia Guajajara (Ministra dos povos indígenas), Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente), e não menos importante, também destacamos a Anielle Franco (Ministra da Igualdade Racial).

### **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, A. **O bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2016.

APIB; AMAZON WATCH. **Cumplicidade na destruição IV: como mineradoras e investidores internacionais contribuem para a violação dos direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia**. Disponível em: <https://amazonwatch.org/assets/files/2022-cumplicidade-na-destruicao-iv.pdf>. Acesso em 23 jan. 2023.



AGRO ‘não tem nada de pop e legítimo. É golpista’, diz MST, após setor se associar a terrorismo. **Rede Brasil Atual**. [S.l.] 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/agronegocio-nao-tem-nada-de-pop-e-de-legitimo-e-golpista-rebate-o-mst-apos-setor-ter-se-associado-ao-terrorismo/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

APOIADOR de Lula foi morto com mais de 70 golpes de faca e machado, aponta Polícia Civil. **G1**. [S.l.] 26 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/09/26/apoiador-de-lula-foi-morto-com-mais-de-70-golpes-de-faca-e-machado-aponta-policia-civil.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BASTA, P. C.; HACON, Sandra de Souza. **Impacto do mercúrio na saúde do povo indígena Munduruku, na Bacia do Tapajós**. Nota técnica. WWF, FIOCRUZ, 2020.

BOLSONARO ataca STF e chama atos para 7 de setembro durante convenção. **Brasil de Fato**. [S.l.] 24 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/24/bolsonaro-ataca-stf-e-chama-atos-para-7-de-setembro-durante-convencao>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BORGES, G. A. B. **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: um movimento socioterritorial produzindo desenvolvimento e esperança no território do Rio Grande do Sul**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2020.

CALEJON, C. Bolsonarismo tornou-se mais forte do que Jair Bolsonaro. **Uol**. [S.l.] 03 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2022/10/03/bolsonarismo-tornou-se-mais-forte-do-que-jair-bolsonaro.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CARREGOSA, L.; MENDES, L. 26 Estados tiveram estradas interditadas contra eleição de Lula. **Poder 360**. [S.l.] 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/12-estados-tiveram-estradas-bloqueadas-contra-eleicao-de-lula/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório de Violência: Dados de 2018**. Brasil: CIMI, 2019.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório de Violência: Dados de 2019**. Brasil: CIMI, 2020.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório de Violência: Dados de 2020**. Brasil: CIMI, 2021.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório de Violência: Dados de 2021**. Brasil: CIMI, 2022.

D’ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de FAKE NEWS**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

ESTEVA, D. In: SACHS, Wolfgang Org. **Diccionario del desarrollo: Una guía del conocimiento como poder**, PRATEC, Perú, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. P. 191-205.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 4, n. 42. P. 333-362, 2020.

GAMA, G.; FREUA, S. Veja quantos acampamentos bolsonaristas foram desmontados em cada estado. **CNN Brasil**. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-quantos-acampamentos-bolsonaristas-foram-desmontados-em-cada-estado/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, 2008. P. 73-98.

GLASS, V.; SANTOS, M. **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GOVERNO Bolsonaro trabalha pelo desmonte da CONAB e da política nacional de alimentos. **Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)**. [S.l.] 17 mar. 2022. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/governo-bolsonaro-trabalha-pelo-desmonte-conab-politica-nacional-alimentos>. Acesso em: 30 jan. 2023.

JORGE, A. A. Território, paradigmas e as políticas públicas para o campo no governo Bolsonaro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 25, n. 64. P. 128-153, 2022.

JUCÁ, B. Governo Bolsonaro manobra para travar a demarcação de terras indígenas no Brasil. **El país**. [S.l.] 4 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-04/governo-bolsonaro-manobra-para-travar-a-demarcacao-de-terras-indigenas-no-brasil.html>. Acesso em: 23 jan. 2023.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KONDER, L. **Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito Marxista de Alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEITE, A. Z.; CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no Estado mínimo de Temer. **Revista Okara**. João Pessoa, v. 12, n. 12, p. 247-274, 2018.

LUCENA, A. Governo Bolsonaro ignorou ao menos 21 pedidos de ajuda a povos yanomami. **Carta Capital**. [S.l.] 22 jan. 2023 Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-bolsonaro-ignorou-ao-menos-21-pedidos-de-ajuda-a-povos-yanomami/> Acesso em 23 jan. 2023.

LULA e Sonia Guajajara viajam a Roraima para acompanhar crise humanitária do povo Yanomami. **Estadão**. [S.l.] 20 jan. 2023 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/lula-e-sonia-guajajara-viajam-a-roraima-para-acompanhar-crise-humanitaria-do-povo-yanomami/> Acesso em 23 jan. 2023.

MARINA quer reduzir a contaminação por mercúrio. **Senado**. [S.l.] 15 jan. 1998. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1998/01/15/marina-quer-reduzir-a-contaminacao-por-mercurio> Acesso em 20 jan. 2023.

MARINA Silva assume Ministério do Meio Ambiente e anuncia secretaria para combater o desmatamento. **G1**. [S.l.] 04 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/04/marina-silva-assume-ministerio-do-meio-ambiente-e-anuncia-secretaria-para-combater-o-desmatamento.ghtml> . Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

MATOSO, F.; RODRIGUES, P. Marina diz que governo usará recursos do Fundo Amazônia para ajudar povo Yanomami. **G1**. [S.l.] 30 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/30/marina-diz-que-governo-usara-recursos-do-fundo-amazonia-para-ajudar-povo-yanomami.ghtml> . Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

MEDEIROS, J. C. **Trajatória do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): as capacidades do Estado em questão**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

NETTO, A. AGU pede bloqueio de bens de 59 financiadores dos atos em Brasília; dois deles são de MS. **Correio do Estado**. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/agu-pede-bloqueio-de-bens-de-59-financiadores-dos-atos-em-brasilia/409825/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PERILLO, L.; VINHAL, G. Diferença de 2 milhões de votos: as eleições presidenciais mais apertadas. **Uol Eleições**. 30 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/lula-x-bolsonaro-bate-dilma-x-aecio-e-tem-menor-diferenca-de-votos-compare.htm>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PRAZERES, L. Eleições 2022: o papel e as polêmicas dos militares na votação para a presidência: **CNN News Brasil**. 11 mai. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61402480>. Acesso em: 27 jan. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

RESENDE, T. Reeleição da bancada ruralista chega a 65%, e líder espera novas adesões em 2023. **Folha Uol**. [S.l.] 6 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/reeleicao-da-bancada-ruralista-chega-a-65-e-lider-espera-novas-adesoes-em-2023.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ROCHA, J. Quem é Carlos Fávaro, indicado para o Ministério da Agricultura do governo Lula? **Jota**. [S.l.] 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/quem-e-carlos-favaro-indicado-para-o-ministerio-da-agricultura-do-governo-lula-29122022>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RODRIGUES, L.; AMARAL, L. Em mensagem ao agronegócio, Kátia Abreu entra oficialmente na campanha de Lula. **CNN Brasil**. [S.l.] 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-mensagem-ao-agronegocio-katia-abreu-entra-oficialmente-na-campanha-de-lula/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SAIBA quem é Carlos Fávaro, escolhido ministro da agricultura por Lula. **O Tempo**. [S.l.] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/governo/saiba-quem-e-carlos-favaro-escolhido-ministro-da-agricultura-por-lula-1.2789057>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SANTANO, A. C. O papel das Forças Armadas em Eleições. **Poder 360**. [S.l.] 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/o-papel-das-forcas-armadas-em-eleicoes/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SOARES, I. Paulo Teixeira toma posse no MDA e fala em "erradicar a fome". **Correio Braziliense**. [S.l.] 3 jan. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/01/5063475-paulo-teixeira-toma-posse-no-md-a-e-fala-em-erradicar-a-fome.html>. Acesso em 30 jan. 2023.

SOLON, P. **Alternativas Sistêmicas: bem Viver, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, Direitos da Mãe Terra e Desglobalização**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOUZA, O. M. M. et al. Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 16, n. 29, p. 319-352, 2020.

SPECHOTO, C.; PINTO, P. S. Lula busca conquistar agronegócio pelo topo. **Poder 360**. [S.l.] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/lula-busca-conquistar-agronegocio-pelo-topo/>. Acesso em 30 jan. 2023.

TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violência política e eleitoral do Brasil: panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 2 de outubro de 2022**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/download?id=b2tzdGw4YTNhMmRkNnV0am5vbDgzN29tcTU=&f=4&success=1>. Acesso em: 27 jan. 2023.

TRAVERSO, E. **The new faces of fascism: populism and the far right**. London: Verso, 2019.

TOLENTINO, A. Frente Parlamentar da Agropecuária reelege 133 parlamentares. **Canal Rural**. [S.l.] 03 out. 2022. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/noticias/eleicoes2022/materias/frente-parlamentar-da-agropecuaria-reelege-133-parlamentares/>. Acesso em 30 jan. 2023.

TURTELLI, C. Com escalada de fome no Brasil, governo destrói programa alimentar. **Uol**. 6 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VERDÉLIO, A. Bolsonaro diz que não fará demarcação de terras indígenas. **Agência Brasil**. 16 ago. 2019 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas> Acesso em 23 jan. 2023.

YANOMAMI: ministro da Justiça determina inquérito para apurar genocídio e crimes ambientais na região. **Governo Federal**. 23 jan. 2023 Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/yanomami-ministro-da-justica-determina-inquerito-para-apurar-genocidio-e-crimes-ambientais-na-regiao> Acesso em 23 jan. 2023.

#### AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento às pesquisas que dão origem a este trabalho. Também, agradecemos a todos os entrevistados que colaboraram diretamente para as discussões e análises realizadas.

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

